

Economia vê prazo curto para reformas e foca Auxílio Brasil

Avaliação é que maior chance é limitar precatórios para turbinar Bolsa Família

Bernardo Caram
e Danielle Brant

BRASÍLIA Com o governo entrando no período de um ano que antecede as eleições de 2022, membros do Ministério da Economia avaliam como grande a chance de a janela de oportunidade para votação de reformas amplas estar se fechando para o atual mandato. A visão é compartilhada por congressistas.

Auxiliares do ministro Paulo Guedes (Economia) defendem que o governo aproveite a trégua dada pelo presidente Jair Bolsonaro na briga com Poderes para tentar solucionar o problema da explosão de gastos com precatórios —dívidas do governo reconhecidas pela Justiça.

A pauta, considerada a maior prioridade do governo neste momento, destravaria o Orçamento de 2022 e permitiria a ampliação do Bolsa Família, rebatizado de Auxílio Brasil.

Na avaliação de uma fonte da pasta, esse poderá ser o último movimento de impacto deste governo na economia. Outro interlocutor disse acreditar que ainda caberia um esforço para tentar aprovar ao menos a reforma do IR

(Imposto de Renda), que passou pela Câmara e depende de aval dos senadores.

No entanto, para uma pessoa próxima a Guedes, a dificuldade de articulação do governo com o Senado coloca em risco o projeto. A Casa, que abriga a CPI da Covid, tem imposto derrotas a Bolsonaro e criado entraves para propostas aprovadas pelos deputados.

No início deste mês, por exemplo, em um episódio incomum, o plenário do Senado derrubou uma MP (medida provisória) articulada pelo governo para implementar novas regras trabalhistas e programas de qualificação.

Os senadores também demonstram pouca disposição de apreciar o texto que traz as mudanças no IR, que recebeu aval dos deputados no início de setembro.

Um integrante da Economia ressaltou que estados e municípios estão insatisfeitos com a potencial perda de receita provocada pelo texto aprovado na Câmara.

Como o Senado é a Casa que representa os estados, a tendência é que a resistência ao projeto seja alta, avaliou esse técnico.

A criação de um tributo único sobre consumo é vista por membros da Econo-

mia como uma aposta ainda mais distante, assim como as mudanças nas regras para servidores públicos e a etapa da reforma tributária que reestrutura o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) — esta nem sequer foi apresentada pelo governo.

Técnicos ressaltaram que as negociações podem encontrar dificuldades maiores se Bolsonaro decidir radicalizar o discurso novamente.

O presidente intensificou embates até o 7 de Setembro, quando atacou ministros do STF e deu sugestões golpistas. Dois dias depois, recuou em uma nota retórica, disse que agiu “no calor do momento” e iniciou um período de declarações mais moderadas.

Em 2022, a percepção de membros da equipe econômica é que não haverá margem para votação de propostas polêmicas ou que promovam ajuste fiscal.

Para um auxiliar de Guedes, além de não haver clima no Congresso para medidas desse tipo em ano eleitoral, o presidente precisará manter em movimento sua base de apoio e não deve demorar a criar novos atritos com instituições.

Ciente desse cronograma adverso, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estipulou, em agosto, o prazo máximo para votar as reformas até novembro.

Depois disso, segundo o deputado, “com a votação do Orçamento, com o recesso parlamentar, com 2022, a possibilidade das eleições chegando na nossa porta, fica muito complicado, fica muito difícil”.

Com esse calendário correndo, conseguiu aprovar o projeto que quebra o monopólio dos Correios e o texto que muda as regras do IR —este depois de um esforço de negociação que deixou claro o comprometimento de Lira com a pauta de Guedes.

No entanto, os projetos remanescentes de interesse do governo são vistos com ressalvas pelos próprios deputados.

O único tido como mais viável é a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos precatórios, que teve a admissibilidade aprovada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara na quinta-feira (16). O teor do texto ainda pode ser alterado.

De acordo com um técnico do Ministério da Economia, a solução para os precatórios é de interesse de todos. Isso porque, além de viabilizar

a ampliação do Bolsa Família, a abertura de espaço no Orçamento pode ser direcionada para gastos que beneficiam deputados e senadores em ano eleitoral, como obras.

O líder da oposição na Câmara, Alessandro Molon (PSB-RJ), vê dificuldade na aprovação da PEC que abre espaço no Orçamento ao Auxílio Brasil. "Passou por um placar muito apertado na CCJ. No plenário, não acredito que passe."

A PEC teve a admissibilidade aprovada por 32 votos a 26 —ou 55,2% dos votos. Para aprovar uma PEC, são necessários três quintos (ou 60%).

Já o líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB), considera que o cenário no Congresso neste fim de ano vai exigir um trabalho de articulação e de engenharia política do governo para aprovar os textos prioritários.

Na avaliação dele, em ordem de perspectiva de aprovação na Câmara estão o Auxílio Brasil e precatórios.

Por outro lado, ele vê problemas na tramitação do projeto que unifica PIS e Cofins e na reforma administrativa.

Presidente da frente parlamentar Servir Brasil, de defesa do serviço público, o depu-

tado professor Israel Batista (PV-DF) disse que a composição de forças na comissão especial que analisa a reforma administrativa está ficando desfavorável ao governo.

"O relatório complementar apresentado pelo Arthur Maia [na quinta-feira] demonstrou o quanto o governo está perdido, está sem rumo", disse. "Eles [governo], que tinham uma vantagem de dez deputados na comissão, perderam seis, pelo menos."

"Diante da complexidade do tema, diante da impopularidade da pauta e da falta de condição de governabilidade do governo, a PEC 32 tem, sim, grande chance de não ser aprovada até outubro", disse. Só passaria, complementou, se fosse muito desidratada.

Já a aprovação de reforma tributária mais ampla é completamente descartada por congressistas.

"Infelizmente, as propostas se perderam e não enxergamos hoje um cenário favorável para a aprovação de uma reforma que de fato promovia mudanças significativas nos tributos sobre consumo, incluindo alterações no ICMS e no ISS", disse o líder do Novo na Câmara, Paulo Ganime (RJ).



Propostas em risco

LIMITAÇÃO DE PRECATÓRIOS

O que é Governo tenta reduzir o gasto com sentenças judiciais e abrir espaço no Orçamento de 2022

Situação É a iniciativa com maior chance de sucesso, mas ainda não há acordo ou definição sobre o formato final da proposta. Entre as opções, estão parcelamento dos precatórios, limitação dessa despesa ou retirada do gasto das regras fiscais (o teto de gastos)

AUXÍLIO BRASIL

O que é Reestrutura o Bolsa Família e cria novos tipos de benefício, como bônus por desempenho escolar e esportivo

Situação Para valer em 2022, depende da aprovação de diversas propostas. É necessário aprovar a MP que reformula o programa, a PEC que parcela precatórios e a reforma do IR, que cria uma compensação para o novo gasto social

REFORMA DO IR

O que é Reduz a tributação sobre empresas, corrige a tabela do imposto da pessoa física e recria a taxa sobre dividendos, entre outros pontos

Situação Aprovada pela Câmara, medida sofre com resistência de senadores

IMPOSTO SOBRE CONSUMO

O que é Governo apresentou projeto para unificar PIS e Cofins, mas congressistas defendem projetos mais amplos, que unificam outros tributos

Situação Proposta tem debate conturbado e não há acordo entre governo, Congresso, estados e municípios para votação

REFORMA ADMINISTRATIVA

O que é Reformula regras do serviço público, com limitação da estabilidade, redução do número de carreiras e aprimoramento dos sistemas de avaliação de desempenho

Situação Aprovada pela CCJ da Câmara, tramita em comissão especial. Tema é considerado polêmico



O ministro da Economia, Paulo Guedes, em cerimônia no Palácio do Planalto Pedro Ladeira - 13.set.21/Folhapress

Relator do novo Bolsa Família quer reajuste anual pela inflação

BRASÍLIA Relator do projeto que cria o Auxílio Brasil (substituto do Bolsa Família), o deputado Marcelo Aro (PP-MG) quer que o benefício médio do programa social seja reajustado anualmente pela inflação.

O deputado também defende que as faixas de pobreza e extrema pobreza (critérios de entrada de uma família no programa social) sejam ampliadas de acordo com os índices de preços.

Esse tipo de correção automática não existe hoje no programa social e contraria os planos do governo, pois impõe aumento de despesas públicas.

“A MP [do Auxílio Brasil] é uma carta de boas intenções, mas ele não fala em números;

não delimita o que é pobreza e extrema pobreza, por exemplo. O texto precisa trazer valores definidos e uma correção natural, como pela inflação, para que o cidadão saiba de fato o que vai acontecer”, afirmou Aro à Folha.

O governo de Jair Bolsonaro até hoje não concedeu reajuste ao benefício do Bolsa Família, que paga em média R\$ 190 por mês para cada lar beneficiado. O aumento mais recente foi em julho de 2018, na gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB).

Na época, o valor médio transferido às famílias foi de R\$ 188. Se o valor fosse corrigido pela inflação do período, estaria hoje em patamar de aproximadamente R\$ 210.

No Auxílio Brasil, Bolsonaro prometeu que esse patamar será de pelo menos R\$ 300 por mês. Portanto, com um reajuste acima da inflação.

No caso da correção pela inflação das faixas de pobreza e extrema pobreza, a medida aumentaria gradualmente o espectro de famílias aptas ao programa, o que também pode ampliar as despesas do governo.

Esses requisitos também não são reajustados desde o governo Temer. Bolsonaro ainda não deu indicações se esse pilar do programa será alterado.

Hoje, para entrar no Bolsa Família, é preciso estar no Cadastro Único (que reúne po-

tencial público de programas sociais) e ter atualizado os dados há menos de 24 meses, com informações consistentes e sem pendências.

O Cadastro Único do Bolsa Família considera, desde 2018, em extrema pobreza pessoas com renda mensal de R\$ 89 por membro da família.

Rendimentos entre R\$ 89,01 e R\$ 178 são classificados como situação de pobreza. É possível acessar o programa mesmo sem filhos. Corrigindo os valores pela inflação, esses critérios seriam de R\$ 103,60 por mês (extrema pobreza) e R\$ 207,30 (pobreza).

Os patamares que estão em avaliação pelo governo são de R\$ 95 e R\$ 190. Mas esse rea-

juste fica abaixo da inflação do período.

Para o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social, a proposta do relator seria um avanço para garantir a proteção social dos mais vulneráveis, principalmente em períodos de inflação acelerada.

“Hoje o primeiro na fila do ajuste fiscal no Brasil é o mais pobre, seja pela falta de reajuste do Bolsa Família, seja pelas filas de espera [para entrar no programa]. O reajuste nas linhas de pobreza não cobre o atraso”, afirmou Neri.

Além do aumento no benefício médio (renda transferida aos mais carentes), o governo planeja elevar o número de beneficiários, passando de 14,7 milhões de famílias para aproximadamente 17 milhões a partir de novembro.

Com isso, o custo do programa tende a subir para R\$ 53 bilhões por ano. No Orçamento de 2021, a verba para o Bolsa Família é de R\$ 34,9 bilhões.

Um reajuste automático do valor do benefício e da faixa de renda para que famílias possam ter acesso ao programa representaria, portanto, um potencial de aumento dos gastos na área social.

Como o governo, por lei, não é obrigado a atender a todas as famílias que estão dentro da faixa de pobreza e extrema pobreza, há uma fila de espera no programa social.

A fila, que atualmente está em torno de 1,2 milhão de cadastros, se formou porque a verba do Bolsa Família tem ficado menor que o necessário para atender a todos que tiveram o cadastro analisado pelo governo.

Ao anunciar na quinta-feira (17) que o Auxílio Brasil deverá atender a 17 milhões de famílias, Bolsonaro então pretende zerar a fila de espera — e ainda incluir pessoas com cadastro a ser analisado.

Ao promover essa inclusão das famílias que esperavam para acessar o programa, o governo beneficiará estados em todas as regiões. Proporcionalmente, o Amapá terá o maior volume de inseridos, com um aumento de 16,8% no número de beneficiados.

Em seguida, aparece Mato Grosso do Sul, com ampliação de 12,5% em relação ao número de famílias atendidas pelo programa hoje. O aumento será de 12% em São Paulo, 11,3% em Roraima, 10,7% em Mato Grosso, 10,3% no Rio de Janeiro e 9,5% em Sergipe.

Ainda não há previsão para que o relator divulgue a nova versão do projeto que cria o Auxílio Brasil. Por ser uma MP, a proposta tem efeito imediato, mas precisa do aval do Congresso em 120 dias para não perder a validade. Esse prazo se encerra em dezembro. O governo, porém, quer concluir esse processo até outubro.

Com isso, o Auxílio Brasil poderá entrar em funcionamento em novembro, conforme prometeu Bolsonaro. **Thiago Resende e Bernardo Caram**

R\$ 34,9 bi

é a verba do **Bolsa Família** em 2021

14,7 milhões

é o número de **famílias beneficiadas**

1,2 milhão

são os cadastros na **fila de espera**